



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA 05ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS (29-02-2016):

Às dezesseis horas e vinte e um minutos, do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezesseis, no Plenário, reuniu-se a Edilidade Marianense, sob a presidência do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas que contou com a presença dos demais Vereadores. Todos firmaram suas respectivas assinaturas no Livro de Presença e tomaram seus assentos. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental e havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Pela ordem, o vereador João Bosco solicitou ao presidente que concedesse um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ildeu, de Goiabeiras. Logo após, o vereador Cristiano leu a **Ata da 04ª Reunião Ordinária**, realizada no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezesseis. Após a leitura, a ata foi colocada em discussão e votação, sendo **aprovada por unanimidade**. Em seguida, o presidente convidou o secretário de governo, Sr. Edvaldo Andrade; os ex-vereadores José Antunes Vieira e Romeu Miranda; e o ex-secretário de Saúde, Sr. Germano Zanforlim, para comporem o Plenário. Adiante, o vereador Cristiano leu as **Correspondências**. Leitura dos **Projetos de Lei: Substitutivo ao Projeto de Lei nº 03/2016**, de autoria do Prefeito Municipal, dispõe sobre a criação do Fundo de Amparo aos atingidos pela barragem de Fundão no Município de Mariana, autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências; **Projeto de Lei nº15/2016**, de autoriza a abertura de crédito especial no orçamento vigente para transferência de recursos ao CIMVALPI, para a execução do contrato de Rateio nº 046/2016 referente a serviços de infraestrutura em vias e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Fernando solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Pela ordem, o vereador José Jarbas, através de requerimento oral, solicitou que o secretário viesse à Casa para explicar o teor do projeto e sobre os gastos com a Cooperativa. O presidente esclareceu que o projeto seria votado em primeira discussão e votação. Pela ordem, o vereador José Jarbas pediu vista do projeto; **Projeto de Lei nº16/2016**, de autoria do Prefeito Municipal, autoriza concessão de

Antonio Marcos Ramos de Freitas

[Assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

subvenção a entidades do município de Mariana e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Fernando solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita; **Projeto de Lei nº17/2016**, de autoria do Prefeito Municipal, autoriza concessão de subvenção a entidades do município de Mariana e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Pedro César solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita; **Projeto de Lei nº18/2016**, de autoria do Prefeito Municipal, autoriza concessão de contribuição a entidades do Município de Mariana e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Pedro César solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita; **Projeto de Lei nº 19/2016**, de autoria dos vereadores Antônio Marcos Ramos de Freitas e Edson Agostinho C. Carneiro, institui Memorial às vítimas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, subdistritos do Município de Mariana, atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, e dá outras providências; **Projeto de Lei nº20/2016**, de autoria do Prefeito Municipal, autoriza concessão de subvenção às Sociedades Musicais de Mariana e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Pedro César solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita; **Projeto de Lei nº21/2016**, de autoria do Prefeito Municipal, autoriza concessão de contribuição às Sociedades Musicais de Mariana e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Fernando Sampaio solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita; **Projeto de Lei nº22/2016**, de autoria do Prefeito Municipal, autoriza concessão de contribuição à Ação Social da Catedral Basílica de Mariana e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Fernando Sampaio solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita; **Projeto de Lei nº23/2016**, de autoria da Mesa Diretora, concede reajuste aos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Mariana e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Fernando Sampaio solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única

[Handwritten signatures in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

discussão e votação. Sua solicitação foi aceita. Leitura dos **Requerimentos: Requerimento nº08/2016**, de autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas, requer informações sobre os procedimentos adotados para construção de muro de contenção na Associação de Moradores do Bairro Fonte da Saudade; **Requerimento nº10/2016**, de autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas, requer informações sobre os procedimentos adotados para as obras necessárias no campo de futebol de Cachoeira do Brumado, construção do vestiário do campo e previsão para realização das obras. Leituras das **Moções de Pesar**: pelo passamento do Sr. Fernando Eustáquio da Silva, de autoria dos vereadores Fernando Sampaio, Geraldo Sales e Geraldo Magela; pelo passamento do Sr. Augusto Donizete Mendes, de autoria do vereador Edson Agostinho. **A reunião ocorreu sem intervalo.** A seguir, o vereador Cristiano leu os **Pareceres: Projeto de Lei nº11/2016**, de autoria do vereador Geraldo Magela. Pela ordem, o vereador Marcelo Macedo solicitou ao presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Sua solicitação foi aceita. O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade.** **Projeto de Lei nº12/2016**, de autoria do vereador Pedro César. O presidente submeteu o projeto em **primeira discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade.** **Projeto de Lei nº13/2016**, de autoria do vereador Pedro César. O presidente submeteu o projeto em **primeira discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade.** **Projeto de Lei nº14/2016**, de autoria do vereador Pedro César. O presidente submeteu o projeto em **primeira discussão e votação.** Pela ordem, o vereador Pedro César relatou sobre a importância desses projetos para o reconhecimento oficial das comunidades mencionadas. O projeto foi **aprovado por unanimidade.** **Projeto de Lei nº16/2016**, de autoria do Prefeito Municipal. O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação.** Pela ordem, o vereador Pedro César parabenizou a iniciativa do prefeito e também as instituições que estão recebendo essas verbas para se manterem. O projeto foi **aprovado por unanimidade.** **Projeto de Lei nº17/2016**, de autoria do Prefeito Municipal. O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade.** **Projeto de Lei nº18/2016**, de autoria do Prefeito Municipal. O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade.** **Projeto de Lei nº20/2016**, de autoria do Prefeito Municipal. O presidente submeteu o projeto em

Carmino, Silva, Jota



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº21/2016, de autoria do Prefeito Municipal. O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Cristiano parabenizou a iniciativa do executivo e a associação das bandas e ressaltou que cidade tem o maior número de bandas do Estado, onze bandas no total. Com a palavra, o presidente disse que realmente é preciso valorizar essas bandas e ajudá-las. O projeto foi **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº22/2016**, de autoria do prefeito Municipal. O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Cristiano parabenizou a iniciativa do executivo e a Catedral que mesmo em reforma contínua realizando seus festejos. Pela ordem, o vereador José Jarbas sugeriu que o executivo ampliasse o recurso para as demais paróquias. O projeto foi **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº23/2016**, de autoria da Mesa Diretora. O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Marcelo e José Jarbas, através de requerimento oral, solicitaram que o Secretário de Planejamento ou de Fazenda viesse à Casa para explicar como será o processo de reajuste dos vencimentos dos servidores na prefeitura de Mariana. O projeto foi **aprovado por unanimidade; Requerimento nº08/2016**, de autoria do vereador Antônio Marcos. O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade; Requerimento nº10/2016**, de autoria do vereador Antônio Marcos. O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade**. Pela ordem, o vereador Marcelo solicitou que, em relação às contas de doações para os atingidos da barragem de Fundão, o executivo enviasse à Casa o número do inquérito da Polícia Federal. Com a palavra, o vereador Bruno, através de requerimento oral, solicitou que o executivo providencie a Academia ao Ar Livre no bairro Jardim dos Inconfidentes, como já foi aprovado anteriormente por meio de indicação, pois a comunidade tem solicitado. Com a palavra, o vereador Geraldo Sales pediu ao secretário de governo que solicitasse do setor competente a fiscalização de um chafariz instalado no bairro Jardim Inconfidentes. Adiante, o vereador solicitou que o presidente requisitasse informações do Promotor para saber que tipo de atingidos, se diretos e indiretos, à que se refere a recomendação do Ministério Público. Por fim, o vereador parabenizou um grupo de marianenses que fundaram uma nova associação, Nossa Mariana, tendo a Sra. Marli Moysés como primeira presidente. Conforme solicitação do vereador Pedro César, o presidente convidou

Antônio Marcos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camaramariana.mg.gov.br

o ex-secretário de Saúde, Sr. Germano Zanforlim, para fazer uso da palavra. Com a palavra, o vereador Pedro César afirmou que quando o atual Secretário de Saúde, Sr. Juliano Vasconcelos, esteve na Casa houve questionamentos sobre o tamanho da construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) contratada e o tipo de projeto realmente executado; o não pagamento da empresa CEDISME e o seu valor total de contrato; sobre os medicamentos da Farmácia Complementar e os valores reais para a construção da UPA. Assim, diante disso, o vereador solicitou esclarecimentos ao Ex-secretário de Saúde. Sr. Germano esclareceu que o gestor deve obedecer ao Plano Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde, este plano é um instrumento, com vigência de quatro anos, devendo ser seguido de forma literal. O ex-secretário disse que teve acesso ao áudio da reunião ordinária do dia trinta e um de outubro, em que o atual secretário fez alguns apontamentos que precisavam de ser esclarecidos por ele. Sr. Germano Zanforlim destacou três questões: a realidade econômica da Secretaria de Saúde, a UPA e a UTI. Dentro da realidade econômica de Saúde, Sr. Germano ressaltou que Sr. Juliano Vasconcelos afirmou que havia um déficit de quatro milhões oitocentos e quarenta e sete mil e quinhentos e oitenta e cinco reais, em serviços prestados e materiais entregues em aberto até primeiro de setembro de dois mil e quinze. O ex-secretário informou que o orçamento da Secretaria de Saúde em dois mil e quinze foi estimado em sessenta e sete milhões para execução em doze meses, dando uma média mensal de cinco milhões. Ele havia saído da secretaria no dia trinta e um de agosto, sendo de um modo geral as despesas pagas nos dez primeiros dias do mês seguinte. Assim, era natural que houvesse despesas pendentes do mês de agosto. A partir de maio de dois mil e quinze, devido às dificuldades de arrecadação e aos prazos de repasses financeiros, houve orientação da Secretaria de Planejamento e da de Fazenda e com anuência do prefeito de que se priorizasse o apanhado de recursos para folha de pagamento e depois a liquidação de outros débitos. Daí, mais um motivo para que no final de agosto ainda apresentasse débitos referentes ao mês de julho na Secretaria de Saúde. Segundo Sr. Germano, a secretaria trabalha com muitos prestadores de serviços, o maior deles é o Hospital Monsenhor Horta, algo em torno de sete milhões de serviços comprados pelo município. Esses prestadores devem apresentar relatórios para comprovação dos serviços prestados para receberem o pagamento da nota e não era raro que esses relatórios apresentassem falhas ou erros. Então, enquanto não ocorria a correção, a nota de pagamento não era

Germano Zanforlim



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

processada. Houve, no mês de julho, alguns casos de pagamentos em aberto relativos a processos com falha de documentos obrigatórios ou relatórios incompletos. São situações dentro da normalidade da gestão pública de saúde. Sr. Juliano Vasconcelos havia informado que quitou todos os débitos em meados de novembro, o que na verdade eram débitos, ressaltou o ex-secretário. Ao ser exonerado por questão política, Sr. Germano assinalou que deixou um relatório detalhado do que deveria ser observado. Outro ponto abordado pelo atual secretário e esclarecido pelo Sr. Germano foi que existia um valor em aberto de setecentos e setenta e três mil reais, por ausência de empenho, para a empresa CEDISME, uma empresa que trabalha com serviço de ambulância, e que só poderia ser pago através de reconhecimento de dívida de acordo com o atual secretário. Sr. Germano afirmou que não se pode falar em reconhecimento de dívida, se ainda havia um contrato vigente. A CEDISME assinou um contrato de prestação de serviço, registro de preço, no valor de um milhão cento e setenta e sete mil e trezentos vinte reais, no dia quinze de junho de dois mil e quinze. Sr. Germano esclareceu que na modalidade registro de preço não se empenha sem saber a dimensão do que se vai usar. Em virtude dos problemas orçamentários, muitas das dotações orçamentárias são mudadas e o registro de preço dá essa liberdade. Ainda há de se olhar a natureza do serviço: o futuro pagamento é controlado através do transporte requisitado, seguido de um relatório exigido e que, após avaliação e aprovação desse relatório pela coordenadora de transporte sanitário, é encaminhado para o secretário, o qual autoriza a emissão de empenho. Sr. Germano ressaltou que só se empenha com valores precisos. Prosseguindo, o primeiro empenho da empresa foi exatamente no dia oito de julho de dois mil e quinze, como era um volume grande ficou acordado que os valores seriam acertados a cada quinze dias para não acumularem. Sr. Germano informou que todos os documentos apresentados foram emitidos pelo Portal da Transparência da Prefeitura. Com a palavra, o vereador Pedro César afirmou que o atual secretário informou que existia um faturamento de cento e noventa e oito mil reais, sendo pago ao CEDISME sessenta e três mil reais, de modo que ele questionou o atual secretário como foi pago esse valor se era praticamente duzentos mil reais, o que foi respondido que esse valor estava empenhado e outros não. Sr. Germano disse que a modalidade de registro de preço é a mesma da farmácia complementar, das cirurgias do hospital, dos procedimentos laboratoriais, por exemplo. Ainda, o vereador lembrou que o atual secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camaramariana.mg.gov.br

havia informado que existia uma dívida com a farmácia Orion no valor de quinhentos e trinta e nove mil reais, dívida liquidada atualmente. Adiante, Sr. Germano esclareceu que o primeiro empenho para pagamento dos serviços da CEDISME foi liquidado no dia trinta e um de julho, pago no dia dez de agosto. Já o segundo empenho foi emitido no dia dezoito de agosto, na sua gestão, sendo liquidado no dia dez de setembro e pago no dia quinze de setembro já na gestão do atual secretário. Segundo Germano, não só deixou empenhado como pago todos aqueles relatórios analisados e autorizados. E que aqueles decorrentes dos períodos de não apresentação ainda, dever-se-ia haver apresentação de relatórios, autorização do secretário para em seguida ser efetuado o pagamento. Havia serviço prestado de julho, agosto e setembro, só não foi pago os serviços de julho e agosto. Dos duzentos e sessenta e oito mil reais como foi informado pelo próprio atual secretário, foram empenhados cerca de noventa e cinco mil reais, valor executado a partir de primeiro de setembro, permanecendo cento e setenta e três mil reais. Ou seja, pegou-se o relatório que já havia sido emitido depois do dia primeiro de setembro e mandou efetuar o pagamento. O ex-secretário explicou que não havia assinado os relatórios anteriores a julho e agosto, porque ele sairia no dia trinta e um de agosto. O ex-secretário disse que ele foi procurado pela prefeitura para assinar empenhos processados durante sua gestão. Então, essa despesa tinha um contrato, já tinha tido um empenho anterior e com vigência de três meses. Das sobras de julho, agosto e setembro, optou-se por pagar apenas noventa e cinco mil reais dos duzentos e sessenta e oito mil reais. Com a palavra, o vereador Geraldo Sales perguntou ao ex-secretário se a lei do registro de preço alterou a lei 4.320, a qual não pode realizar despesa sem empenho prévio. Sr. Germano afirmou que a opção do município pela modalidade de registro de preço indica sua intenção de vir a adquirir determinado serviço ou bem, não se fecha um montante nem físico nem financeiro. A medida que se vai executando é que se empenha e para assegurar isso, o contrato de registro de preço exige certos requisitos como, por exemplo, a dotação orçamentária. Com a palavra, o vereador Geraldo Sales afirmou que pode se realizar empenho por estimativa de modo a não desobedecer a lei 4320. Ainda, ele solicitou que a assessoria da Casa emitisse um parecer sobre suas dúvidas para fins de esclarecimentos. Sr. Germano disse que pode ser feito sim por estimativa, mas quando o objeto é de difícil mensuração, opta-se por emitir o empenho logo após a prestação do serviço. Em seguida, o Sr. Germano esclareceu a afirmação do atual secretário de que o

Germano, Sr. Germano



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camaramariana.mg.gov.br

Hospital Monsenhor Horta estaria há 3 meses sem receber o pagamento referente ao contrato do Serviço de Pronto Atendimento. Por meio da apresentação do relatório de pagamento ao hospital, extraído do Portal da Transparência, Sr. Germano indicou que o valor do contrato do Serviço Pronto Atendimento era de quatrocentos e oitenta e seis mil reais. Os pagamentos foram feitos nas datas 16/01, 05/03, 26/03, 12/05, 02/06 e 20/07, não cabendo a afirmação de que se encontrava a três meses sem pagamento. Com a palavra, o vereador Fernando perguntou se nunca houve dívida do município com o hospital, pois há comentários de que existe uma dívida de novembro de dois mil e quatorze. Sr. Germano disse que os serviços prestados pelo hospital devem vir apresentados nos relatórios de execução e não era raro a apresentação de relatórios com inconsistências e erros. Ele acrescentou que o relatório apresentado no mês de novembro de dois mil e quatorze foi o que mais teve erros, só houve apresentação do relatório correto em fevereiro de dois mil e quinze, mas mesmo assim continha erros. E que o atual secretário havia afirmado que ainda tinha dívidas pendentes com o hospital, o que provavelmente deve ser por causa desses relatórios errados. Além disso, pode ter ocorrido a glosa, ou seja, o procedimento foi feito pelo prestador de serviço, porém sem autorização. E quando isso acontece, o pagamento não é efetuado. Prosseguindo, Sr. Germano esclareceu a afirmação do atual secretário de que existia débito em aberto com a Farmácia prestadora do serviço conhecido como Farmácia Complementar em valor aproximado de quinhentos e cinquenta e dois mil reais. Através de uma planilha, o ex-secretário disse que no dia onze de agosto a Fazenda acusava uma nota fiscal no valor de cento e cinquenta e dois mil e cento e noventa e quatro reais a serem pagos à Farmácia Orion. Isso não quer dizer que ela tivesse entregado apenas esse valor em medicamentos, provavelmente foi contabilizado o que tinha que ser pago e os relatórios que não foram recebidos. O ex-secretário informou que os relatórios seguem o mesmo procedimento de análise e aprovação para em seguida ser efetuado o pagamento. Adiante, ele disse que a Orion teve uma licitação homologada no dia treze de março de dois mil e quinze e que o contrato no valor de um milhão e oitocentos reais estaria em vigor até doze de março de dois mil e dezesseis. Do início de março até dia nove de setembro foram pagos oitocentos e sessenta e oito mil e duzentos e setenta reais e quatro centavos. Ficou ainda um saldo de quase um milhão de reais. Acontece que o atual secretário afirmou que o saldo de um milhão e oitocentos reais já estavam praticamente zerados na época

[Handwritten signature in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

de sua posse na secretaria, devendo ser feita nova licitação. Sr. Germano disse que a afirmação de que estava zerado não procedia, pois em trinta e um de dezembro, o gasto nesses nove meses foi fechado no valor um milhão e quatrocentos e vinte e sete mil reais e quatro centavos, havendo ainda um saldo de trezentos e oitenta mil reais a serem utilizados no período de janeiro a março de dois mil e dezesseis, data de encerramento do contrato. Com a palavra, o vereador Fernando afirmou que não era a empresa Orion que fornecia medicamentos atualmente. O vereador Pedro César esclareceu que foi feito outro contrato com o valor de dois milhões de reais e pouco, tendo vinte por cento de desconto em cima do medicamento, de modo que deveria ser revisto esse processo de licitação, pois o município estaria sendo prejudicado, sendo que antes foi possível conseguir vinte e cinco por cento de desconto com a farmácia anterior. Em relação ao questionamento dos vereadores Geraldo Sales e José Jarbas sobre a possibilidade de se incorporar no processo licitatório os dez medicamentos mais usados e que não estão na padronização, Sr. Germano disse que na verdade incorporava sim. A licitação apresentada em março foram trezentos e cinquenta e dois medicamentos contemplados, atendia tanto medicamentos padronizados (trezentos e quarenta medicamentos padronizados) quanto não padronizados (doze medicamentos). No dia dezessete de agosto, foi aberto mais uma licitação pedindo cento e quarenta e seis medicamentos, contemplando os medicamentos frustrados na licitação anterior e aqueles referentes a um estudo feito de março até julho, no período de dois mil e treze a dois mil e quatorze, identificando os mais pedidos. Foram contratadas quinze empresas e que estão vigentes de quatorze de outubro de dois mil e quinze a treze de outubro de dois mil e dezesseis. Sr. Germano esclareceu a afirmação do atual secretário de que toda a relação de medicamentos padronizados estava em falta e que conseguiu realizar as licitações e homologá-las, com consequente redução significativa de custos com medicamentos da farmácia complementar. Porém, como se pode notar o relatório demonstrava o contrário. Sr. Germano disse que de dois mil e oito a meados de dois mil e quinze não houve nenhuma falta de medicamento. Com a palavra, o vereador José Jarbas convidou os vereadores para fazerem um requerimento solicitando que o atual secretário viesse à Casa para explicar a diferença de valor no contrato no que diz respeito aos vinte por cento de desconto que talvez poderia ser maior. Em seguida, o Sr. Germano respondeu aos questionamentos sobre o prédio da Unidade de Pronto Atendimento. Sr. Germano afirmou que o Ministério

Germano



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camaramariana.mg.gov.br

da Saúde definiu a UPA 24 horas, propondo três portes de UPA's: Porte I (700m²); Porte II (1000m²) e Porte III (1300 m²). Numa UPA tipo I possui uma média de cento e cinquenta pacientes por dia; no tipo II, média de duzentos e cinquenta pacientes/dia e no tipo III, média de trezentos e cinquenta pacientes/dia. Outro referencial utilizado pelo ministério é o número de habitantes. Sabe-se que a tabela de referência por número de habitantes está defasada, não atende a realidade atual. É preciso analisar a realidade de Mariana não o que o Ministério Público acha que é melhor para a cidade, declarou o ex-secretário. Sr. Germano disse que a UPA porte tipo I não atendia Mariana. Com a palavra, o presidente perguntou ao secretário quem deu o aval para que fosse liberada a construção da unidade tipo III. Sr. Germano disse que a decisão de porte I, II e III não é uma questão de política-financeira e sim estrutural. O serviço hoje em Mariana é maior e com uma série de riscos maior do que o Ministério da Saúde resolveu chamar de porte III. Seria preciso esquecer essa referência. Sr. Germano esclareceu que o porte da unidade em Itabirito foi construído de acordo com a necessidade local e para uma população vinte por cento menor que Mariana. A UPA é habilitada como tipo I pelo Ministério e foram investidos oito milhões de reais. Porém, a construção possui uma área de 1490 m² (diferentemente da referência do Ministério para UPA tipo III), conta com cinco consultórios, três observações (dois de adultos e uma pediátrica), com quatro leitos semicríticos individuais e tendo uma média de duzentos e cinquenta pessoas/dia, de modo que a cidade entrou com pedido no Ministério para tentar habilitar pelo menos como UPA tipo II, mas ainda não se conseguiu. Sr. Germano explicou as plantas para a construção da unidade de 24 horas em comparação a do prédio atual do Pronto Atendimento, demonstrando a inviabilidade de o município ter uma UPA tipo I. Dentre as necessidades de prestação de serviço de urgência está a construção de um consultório de ginecologia de urgência, um consultório odontológico de urgência, quartos individuais nas salas de observação de adultos para os casos de isolamentos e de observação pediátrica, uma sala de urgência pediátrica, uma sala de necrotério, duas salas de Classificação de Risco, uma sala de Serviço de Psicologia e uma de Serviço Social. Segundo Sr. Germano o Pronto Atendimento atual possui uma área total de 1726,70 m², do pavimento interno o total de 2225 m² e da Central de Transporte Sanitário + Almoxarifado Saúde + Área do entorno o total de 1255 m². Ou seja, isso não seria compatível com a área total de uma unidade tipo I que é de 707,25 m² classificada pelo Ministério da Saúde. Sobre o

Germano, Silva



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

custeio para o funcionamento da UPA 24 horas, Sr. Germano esclareceu que a equipe é basicamente a mesma, os mobiliários e equipamentos foram comprados desde dois mil e doze e dois mil e treze e que podem ser utilizados no futuro prédio. Com a palavra, o vereador Pedro César perguntou se o valor repassado para o hospital diminuiu, pois a entidade reduziu o horário de atendimento. Até trinta e um de agosto de dois mil e quinze o atendimento do Pronto Atendimento no hospital era de 19 horas às 7 horas, de segunda à sexta-feira, já sábado e domingo, 24 horas. O contrato era no valor de quatrocentos e oitenta e seis mil reais. Com a palavra, o vereador Geraldo Sales pediu ao presidente que solicitasse a cópia do documento de avaliação do terreno do projeto da UPA 24 horas. Continuando, o vereador disse que a estrutura do prédio corre risco de desabar por não haver um muro de arrimo, um muro que o município não tem condições de construir. Sr. Germano disse que se for levado em consideração o valor do terreno e o da edificação será em torno de vinte e um milhão de reais, tendo um prazo de trinta meses para executar a despesa. Adiante, o ex-secretário afirmou que o custeio seria menor do que se gasta hoje com o pronto atendimento, haveria otimização de serviços. Sr. Germano disse que a UPA foi projetada para atender as necessidades do município. Seria remanejado o Centro de Especialidades, adaptado atualmente no PREVINE e o município iria economizar uns vinte e cinco mil reais mensais em alugueis. Com a palavra, o vereador Cristiano perguntou se o valor total da obra incluía o valor dos equipamentos. Sr. Germano disse que não, seria necessário mais ou menos três milhões para completar os equipamentos existentes. O ex-secretário esclareceu que foi a Secretaria de Saúde que planejou o orçamento da saúde, foi feita uma planilha de projeção e apresentada ao prefeito, demonstrando a viabilidade da construção, dentro de uma otimização de recursos públicos: com redução de gastos com folha de pagamento, mais de setenta mil reais mensais desde outubro/2014, revisão de contratos e de convênios firmados. As dotações mensais saíam do orçamento da saúde. Sr. Germano disse que isso não influenciaria na qualidade do serviço como foi questionado pelo presidente da Casa. Em relação à UTI, o vereador Bruno disse que em dois mil e quatorze a Casa devolveu ao executivo o valor de mais de dois milhões e trezentos reais e que foi informado que esse valor foi usado para construção da UPA. Sr. Germano disse que sim e acrescentou que na época teve conhecimento de que não era um recurso vinculado, podendo ser distribuído no orçamento geral. Continuando, o ex-secretário afirmou que a obra de construção

[Handwritten signature in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

de uma UTI é relativamente barata, o difícil é mantê-la. Segundo ele, foi aberto a demanda em dois mil e treze e a secretaria recebeu do Hospital Monsenhor Horta uma proposta financeira para construir uma unidade na entidade em torno de três milhões. A UTI deve ser feita apenas no hospital. Foi feita uma contraproposta, o município passava o recurso e o hospital construiria. Novamente, o hospital propôs, em julho de dois mil e quatorze, custear a obra, buscar parceria para poder equipar, enquanto o município garantiria o custeio de dez leitos, no total de trezentos e noventa e quatro mil mensais. Por conseguinte, o município aceitou e enviou, no início de dois mil e quinze, uma proposta de convênio para garantir isso ao hospital, porém o hospital até agosto de dois mil e quinze não tinha dado retorno, sob alegação de que o jurídico da entidade deveria analisar. Adiante, o ex-secretário disse que não participou de todo o projeto da construção da UPA e que o valor na época não foi exorbitante, estava dentro do orçamento. Por fim, ele ressaltou a sua seriedade e o seu profissionalismo enquanto foi secretário na Secretaria de Saúde. Com a palavra, o vereador Pedro César agradeceu a presença do ex-secretário e os esclarecimentos prestados. Com a palavra, o vereador José Jarbas agradeceu também o ex-secretário e solicitou que o atual secretário trouxesse dados reais junto com o secretário de planejamento, informações sobre a UPA e da UTI e que os responsáveis pelo hospital também viessem fornecer explicações no plenário. Com a palavra, o vereador Bruno ressaltou a índole do ex-secretário e que os dados apresentados não foram novidades. Com a palavra, o presidente agradeceu a vinda do ex-secretário e os seus esclarecimentos. **Palavra Livre.** Nada mais havendo, o Presidente declarou encerrada a Sessão às vinte e um horas e vinte e dois minutos. E, para constar, lavrou-se a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

[Handwritten signature in blue ink]